

## **BOLETIM 458**

**Brasília, 27 de outubro de 2017**



## **Centrais reafirmam protesto dia 10 de novembro. Ato mais forte deve ser em SP**

As Centrais Sindicais Nova Central, CUT, Força Sindical, UGT e CTB se reuniram nesta quinta (26) na UGT, em São Paulo, quando definiram mobilizações até 10 de novembro - Dia Nacional de Mobilização em Defesa dos Direitos.

As entidades distribuirão informativo à população sobre as ações em todo o Brasil, além de cartilha unitária para denunciar as maldades da reforma trabalhista. O material será distribuído em todo o País, especialmente em São Paulo no Metrô, terminais de ônibus e outros pontos de

concentração popular, dias 30 e 31 de outubro e em 7 de novembro.

**Amplo** - As Centrais buscam ampliar a resistência. Para tanto, pretendem convidar Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, Associação Brasileira de Imprensa, Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Organização Internacional do Trabalho, OAB-nacional e Ministério Público do Trabalho.

**Eixos** - Três eixos de resistência marcarão a mobilização: combate à lei trabalhista, repúdio à Portaria que facilita o trabalho escravo e resistência à reforma previdenciária.

*Fonte: Agência Sindical*

## **FST protestou, hoje, em São Paulo, contra desmonte trabalhista**

A campanha nacional 'Movimento Resistência – Por um Brasil Melhor', coordenado pelo Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST), realizou na manhã desta sexta (27), em São Paulo, mais um ato em defesa dos direitos trabalhistas, sindicais, sociais e previdenciários da classe trabalhadora.

O protesto ocorreu em frente ao Teatro Municipal, na Praça Ramos de Azevedo, Centro, a partir das 10 horas, e teve a participação de representantes de Sindicatos, Federações e Confederações de 22 categorias que integram o Fórum. Desde que foi lançado no início de setembro, o Movimento já realizou atos em 14 Estados contra a implementação da reforma



trabalhista e aprovação da reforma da Previdência.

**Belo Horizonte** - A Agência Sindical falou ontem com Artur Bueno de Camargo, coordenador do FST e presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Alimentação (CNTA Afins) *(foto)*, que tinha acabado de participar do protesto em Belo Horizonte.

“Foi um grande ato, que reuniu mais de três mil pessoas na Praça Sete, a mais movimentada da cidade e tradicional ponto de manifestações sociais e políticas. Tivemos a presença de sindicalistas das várias categorias, mostrando que começa a se formar, de forma efetiva, um movimento de classe contra as propostas recessivas deste governo”, conta.

**Sucesso** - Artur Bueno avalia que as atividades desenvolvidas pelo Movimento estão “superando as expectativas”. “Estamos captando um sentimento de que as bases estavam esperando a voz de comando das entidades de grau superior, para se movimentar”, comenta.

Com relação à receptividade das pessoas nas manifestações, ele destaca que uma grande parte ainda não tem consciência “do estrago que esta reforma trabalhista vai causar, a partir de 11

de novembro quando entrar em vigor”. “Mas, quando explicamos o que significam estas mudanças, a resposta é uma grande indignação”, afirma.

**Assinaturas** - O Fórum também organiza um abaixo-assinado para colher mais de 1 milhão de assinaturas a um projeto de iniciativa popular para revogar a reforma trabalhista.

*Fonte: Agência Sindical*

## Senador defende cota nas empresas para trabalhadores acima dos 55 anos

O senador Cidinho Santos (PR-MT) defendeu na tribuna o Projeto de Lei do Senado (PLS) 236/2017, de sua autoria, que reserva vagas nas empresas para pessoas de idade igual ou superior aos 55 anos. A ideia, segundo o senador, é “estabelecer uma reflexão sobre o alto índice de desemprego dos trabalhadores” nessa faixa etária.

O número de vagas previsto no projeto de Cidinho varia conforme o tamanho da empresa. Nas empresas com 25 a 50 empregados, seria reservado um posto; nas de 50 a 100 empregados, cinco vagas; naquelas com mais de 100 empregados, 5% das vagas.

Para incentivar as empresas em um momento de crise financeira, haveria uma redução de 50% sobre os encargos com vale-transporte e sobre a contribuição sobre a folha salarial referentes a esses empregados. A redução, porém, só ocorreria nos anos em que o crescimento anual do Produto Interno Bruto for inferior a 2%.

*Fonte: Agência Senado*



## **Inflação** de produtos na saída das fábricas fica em **1,5% em setembro**

A inflação dos produtos na saída das fábricas, medida pelo Índice de Preços ao Produtor (IPP), ficou em 1,5% em setembro deste ano. A taxa é superior às registradas no mês anterior (0,29%) e em setembro de 2016 (0,47%). De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o índice acumula taxas de 0,48% no ano e de 2,68% no período de 12 meses.

Entre as quatro grandes categorias econômicas da indústria, apenas os bens de capital, isto é, as máquinas e equipamentos, tiveram deflação (queda de preços) no mês de setembro, de 0,29%. Entre as outras três categorias, os bens intermediários, isto é, os insumos industriais para o setor produtivo, tiveram a maior taxa de inflação (2,24%). Os bens de consumo duráveis tiveram taxa de 0,48% e os bens de consumo semi e não duráveis, de 0,88%.

Entre as 24 atividades industriais, 19 apresentaram alta de preços, com destaque para as indústrias extrativas, que tiveram taxa de inflação de 14,05%. Outras atividades com inflação alta foram os derivados de petróleo e biocombustíveis (4,47%), perfumaria e sabões (2,64%) e outros químicos (2,35%).

Cinco atividades tiveram queda de preços, entre elas informática (-0,96%), máquinas e equipamentos (-0,91%) e metal (-0,32%).

*Fonte: Portal EBC*

## **Justiça do Trabalho** debate novas regras para homologação de acordos trabalhistas extrajudiciais

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) realizou, nesta quarta-feira (25) sua primeira audiência pública para discutir a normatização do funcionamento da jurisdição voluntária trabalhista. No encontro, idealizado pelo vice-presidente do CSJT e do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Emmanoel Pereira, ministros do TST, desembargadores e juízes do trabalho, advogados, especialistas em resolução de disputas e juristas abordaram as alterações promovidas pela Lei 13.467/2017 (Reforma Trabalhista), que entra em vigor no próximo dia 11/11, sobre os acordos trabalhistas extrajudiciais.

Na abertura da audiência, o presidente do TST e do CSJT, ministro Ives Gandra Martins Filho, observou que tanto o novo Código de Processo Civil quanto a reforma trabalhista preveem a possibilidade de a Justiça do Trabalho homologar acordos firmados extrajudicialmente. A iniciativa da audiência, assim, visa colher subsídios por parte de todos os que estão diretamente envolvidos com a temática (juízes, advogados, procuradores, partes, agentes econômicos, profissionais de empresas) para que o Conselho possa regulamentar algumas normas com a entrada em vigor da reforma trabalhista do ponto de vista dos procedimentos, das estatísticas e de uma orientação geral para toda a Justiça do Trabalho.



**Responsabilidade** - Para o ministro Emmanoel Pereira, a proposta da convocação da audiência é a de tornar o mecanismo da jurisdição voluntária um meio de pacificação social e de saudável contenção de demandas no Judiciário.

Ele lembrou que a criação do mecanismo não partiu da Comissão Nacional de Promoção da Conciliação do CSJT, coordenada por ele, nem da Justiça do Trabalho ou do movimento pela conciliação atuante na JT. “Definitivamente não foi fruto da nossa iniciativa, porém temos a responsabilidade de criar condições para o seu funcionamento da forma mais adequada, pensando em aspectos como o respeito da autonomia da vontade, principalmente do trabalhador hipossuficiente, e o respeito da ordem pública, para evitar que os acordos extrajudiciais sejam geradores de fraudes de qualquer natureza”.

*Fonte: TST*

## Proporcionalidade do aviso prévio só se aplica a favor do empregado

A proporcionalidade do aviso prévio, cujo período mínimo de 30 dias pode aumentar de acordo com o tempo de serviço, vale apenas para os casos em que a empresa demite o funcionário sem justa causa. Quando é o próprio empregado que pede para sair do trabalho, o empregador só pode exigir que ele cumpra o aviso, previsto na CLT para diminuir o impacto da extinção do contrato sobre a parte surpreendida, por no máximo 30 dias.

O entendimento, unânime, foi firmado recentemente pela Subseção I Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho. No caso analisado pelo colegiado, a empresa foi condenada a pagar ao seu ex-funcionário três dias de trabalho a mais — prestados indevidamente no período do aviso prévio.

O relator do recurso foi o ministro Hugo Carlos Scheuermann. Para ele, a proporcionalidade do aviso prévio, de acordo com a Lei 12.506/2001, que regulamentou a questão, apenas pode ser exigida da empresa.

Em outras palavras, Scheuermann acrescentou que a norma relativa ao aviso prévio proporcional não guarda a mesma bilateralidade característica da exigência de 30 dias, essa, sim, obrigatória a qualquer das partes que queira encerrar o contrato de emprego. RR-1964-73.2013.5.09.0009

*Fonte: Consultor Jurídico*

## Orçamento do FGTS prevê 6,7 milhões de vagas de trabalho até 2021

Os investimentos com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) gerarão 6,7 milhões de empregos diretos no Brasil, nos próximos quatro anos. A previsão faz parte da Peça Orçamentária 2018-2021, apresentada durante reunião do Conselho Curador do FGTS, nesta semana, em Brasília.

Durante o encontro, na sede do Ministério do Trabalho, foram aprovados os orçamentos operacional, financeiro e econômico do FGTS para



2018 e o orçamento plurianual de aplicação para o período 2019-2021. Juntos, os investimentos chegam a R\$ 330 bilhões nas áreas de habitação, saneamento e infraestrutura urbana (veja em <http://trabalho.gov.br/noticias/5164-fgts-vai-injetar-r-330-bilhoes-na-economia-em-4-anos>).

Segundo a proposta, a aplicação dos recursos gerará 1.749.891 empregos já em 2018. Nos anos seguintes, a estimativa é de 1.659.900 empregos para 2019, expectativa que se repete em 2020. Para 2021, o Conselho prevê a abertura de 1.648.350 vagas no mercado de trabalho, totalizando 6.718.041 empregos nos quatro anos. “São dados que também contribuem para a volta do otimismo nos setores produtivo, de comércio e de serviços, com a tendência consolidada de recuperação do mercado de trabalho”, disse Ronaldo Nogueira.

**PAC e Habitação** - A proposta aprovada pelo Conselho Curador considera as diretrizes e metas estabelecidas para a continuidade do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), além de novas seleções de projetos que receberão recursos do FGTS.

No setor de habitação, em 2018, os recursos para o Programa Minha Casa, Minha Vida chegarão a R\$ 52,5 bilhões, destinados à liberação de financiamentos a pessoas físicas e jurídicas.

Outros R\$ 9 bilhões se referem a descontos nos financiamentos para pessoas físicas; R\$ 500 milhões são para o Programa Pró-Moradia; R\$ 5 bilhões para o Programa Pró-Cotista; e R\$ 1,5 bilhão para operações especiais.

O total atinge R\$ 68,5 bilhões somente no ano que vem. Já os valores para o orçamento plurianual de contratações 2019-2021 na área de habitação somam R\$ 203,5 bilhões. Juntos, esses recursos devem responder pela geração de 1,39



milhão de empregos em 2018; 1,36 milhão em 2019 e, também, em 2020; e mais 1,35 milhão em 2021.

Como a maioria dos recursos será para investimentos em habitação popular, o setor gerará a maior parte dos empregos, com estimativa de mais de 1,22 milhão de vagas anuais nos próximos quatro anos. “Os recursos estão sendo alocados principalmente para a habitação popular, que é o grande foco do FGTS. Portanto, esse setor deve viver um novo período de oportunidades de emprego nos próximos anos”, pontuou o ministro.

**Mobilidade e transportes** - Na área de infraestrutura urbana, o orçamento do FGTS é de R\$ 7 bilhões para 2018, recursos que serão aplicados em empreendimentos de melhoria da circulação das pessoas e de qualidade do transporte público coletivo, de acordo com a Política Nacional de Mobilidade Urbana. O processo seletivo conta com previsão inicial de R\$ 3,7 bilhões, tendo como público-alvo os governos municipais, estaduais e Distrito Federal.

Outros R\$ 3 bilhões serão alocados no Programa de Renovação de Frota do Transporte Público Coletivo Urbano (Refrota), destinados à aquisição de ônibus pelo setor privado. O saldo restante, de R\$ 300 milhões, destina-se a



propostas, também do setor privado, para sistemas de mobilidade urbana.

No plano plurianual de contratações 2019-2021, o montante global da área de infraestrutura urbana é de R\$ 21 bilhões, prevendo o fomento continuado em melhorias da mobilidade urbana no País com recursos do financiamento Pró-Transporte.

A expectativa é de que esses recursos do Fundo de Garantia impulsionem a abertura de cerca de 191 mil vagas, somente em 2018. Nos três anos seguintes, a previsão é de 164 mil empregos anuais em infraestrutura urbana.

**Saneamento básico** – Já a área de saneamento básico teve orçamento aprovado de R\$ 6 bilhões para o próximo ano. Os recursos vão atender a um processo seletivo do setor público no valor de R\$ 2,2 bilhões, que podem ser redefinidos em mais R\$ 1 bilhão.

Ainda em 2018, devem ser atendidas demandas da ordem de R\$ 1,65 bilhão, entre operações habilitadas, enquadradas ou em análise no Ministério das Cidades (MCidades). O Conselho Curador do FGTS também levou em consideração a crescente procura do setor privado, que já conta com aproximadamente R\$ 1,16 bilhão em empreendimentos protocolados, pleiteando contratação.

Para os três anos seguintes, o orçamento do Fundo prevê R\$ 18 bilhões a fim de atender à necessidade do Programa Saneamento para Todos. Segundo as estimativas do Conselho Curador, serão 151 mil empregos em 2018, refletindo os investimentos com recursos do FGTS em saneamento básico. De 2019 a 2021, a média prevista é de 132 mil vagas anuais.

Fonte: MTb



**A DIRETORIA DA CONTRICOM CUMPRIMENTA O DIRIGENTE SINDICAL ANTONIO RODRIGUES FERNANDES, DO CEARÁ, SUPLENTE DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, PELA PASSAGEM DE SEU ANIVERSÁRIO, NO ÚLTIMO DIA 24 DE OUTUBRO, DESEJANDO-LHE MUITA SAÚDE, FELICIDADES E REALIZAÇÕES.**

**BOLETIM CONTRICOM**

Presidente da CONTRICOM

**Francisco Chagas Costa – Mazinho**

Secretário para Assuntos de Comunicação

**Luis Carneiro Rocha**

Redação e Edição

**Instituto Dois Candangos (DF)**